

## **CONFLITOS E DISPUTAS PELA MEMÓRIA: AS RUÍNAS DE SÃO JOÃO MARCOS**

### *CONFLICTS AND CONTENTIONS FOR MEMORY: THE SÃO JOÃO MARCOS*

*Maria Amália Silva Alves de Oliveira<sup>1</sup>*

**Resumo:** São João Marcos (RJ) é um sítio arqueológico formado pelas ruínas da cidade de mesmo nome e cuja destruição, para dar lugar a construção de uma usina hidrelétrica promoveu processo de desocupação para posterior inundação das terras. Utilizando material recolhido em trabalho de campo para elaboração de tese de doutorado, apresento neste trabalho um relato do processo de elaboração da memória coletiva da destruição do conjunto arquitetônico da referida Cidade. Conflitos e tensões resultantes do episódio pontuam a utilização dessa memória, cuja materialização centra-se no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, lugar de memória onde emerge novas subjetividades decorrentes da seleção de determinado conteúdo exposto durante a realização de atividades que compõem o Programa de Educação Patrimonial do lugar de memória anteriormente citado.

**Palavras-chave:** Memória. Patrimônio. Turismo.

**Abstract:** São João Marcos (RJ) is an archaeological site formed by the ruins of the city of the same name and whose destruction to make way for construction of a hydroelectric plant promoted eviction process for subsequent flood lands. Using material collected in field work for the preparation of a doctoral thesis, I present in this work the process of drafting the collective memory of the destruction of the architectural ensemble of the said City. Conflicts and tensions resulting from the episode punctuate the use of this memory, the materialization of which focuses on Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, place of memory where new subjectivities emerge due to the selection of certain content exposed while performing activities that make up the program Heritage Education of the place of memory previously mentioned.

**Keywords:** Memory. Heritage. Tourism.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Doutora em Antropologia pelo IFCS/UFRJ. Desenvolve pesquisas na área de memória, patrimônio e turismo.

## **MEMÓRIA E HISTÓRIA: AS BASES MATERIAIS DA MEMÓRIA EM SÃO JOÃO MARCOS**

São João Marcos foi um município do estado do Rio de Janeiro despovoado e demolido na década de 1940 para a formação de uma represa para a produção de energia elétrica. Atualmente seu território compõe o 3º distrito do município de Rio Claro, no Vale do Paraíba Fluminense. São João Marcos teve como marco de surgimento o ano de 1733, quando foi erguida uma pequena capela em homenagem ao santo que deu o nome ao local. A localidade atingiu o auge da prosperidade no século seguinte com a expansão da cultura cafeeira no estado do Rio de Janeiro, sendo uma das maiores cidades fluminenses do século XIX, com mais de 20.000 habitantes. A então riquíssima São João Marcos, anteriormente conhecida como Vila de São João Marcos do Príncipe, era um dos principais núcleos produtivos do país, produzindo aproximadamente dois milhões de arrobas de café por ano e estava numa posição geográfica privilegiada, pois localizava-se no centro da área produtora, na confluência de grandes rios, próximo a capital imperial e com ligação direta e calçada com o mar via Mangaratiba (RJ).

Devido ao sucesso econômico alcançado pelo município, foi ali construída a primeira estrada de rodagem do Brasil, em 1856, com 40 quilômetros de extensão, visando o escoamento do café das fazendas do Vale do Paraíba para o porto de Mangaratiba. Entretanto, em 1889, com a abolição da escravidão, a produção cafeeira fluminense entrou em fase de declínio, tendo em vista a dificuldade encontrada pelos fazendeiros em suprir a necessidade de grandes contingentes humanos para trabalhar nas plantações; paralelamente, os agricultores do Oeste Paulista, com lavouras mais recentes e contando com lavradores assalariados, meeiros e imigrantes, assumiram rapidamente a liderança do mercado.

Com a decadência da cultura cafeeira e o desenvolvimento dos novos meios de transportes, São João Marcos foi perdendo importância e sua população ficou reduzida a pouco mais de sete mil pessoas no início do século XX. Nesse ínterim, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, se desenvolvia aceleradamente. A população aumentava e a ordem era transformar a capital numa metrópole moderna e a questão que se colocava era onde conseguir as fontes dos recursos exigidos pelo progresso, como energia elétrica e água potável encanada, por exemplo.

A necessidade em suprir a demanda, colocando a cidade do Rio de Janeiro dentro dos padrões de modernidade exigidos para a época fez com que a The Rio de

Janeiro Tramway, Light and Power Company<sup>2</sup>, companhia responsável pela produção e distribuição de energia elétrica para a cidade do Rio de Janeiro no início do século, optasse pela construção de uma represa em Ribeirão das Lages, rio com volume de água favorável a empreitada, mas cuja localização abrigava em seu entorno cerca de 97 grandes fazendas distribuídas por alguns municípios, sendo que a maior concentração delas estavam sediadas em área pertencente ao município de São João Marcos.

Economicamente enfraquecidos e sem o poder político de outrora, os fazendeiros de São João Marcos pouco puderam fazer contra a decisão da Empresa. As terras foram sendo adquiridas, imediatamente alagadas, transformando assim a geografia local. Ofícios, atas, moções e comunicados da época retratam a situação dos moradores, mostrando com riqueza de detalhes o conflito instalado entre o poder local e a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company por ocasião do início da construção da Represa. Enormes áreas da zona rural do município submergiram e, nesse processo, formaram-se áreas alagadiças às margens da represa, nas quais jazia grande quantidade de restos orgânicos. A ausência de cuidados sanitários na retirada deste material propiciou a proliferação da malária, que alcançou níveis de epidemia, provocando a morte de um grande número de pessoas. Esse processo, que durou quase duas décadas, foi vivenciado pelos poucos habitantes que resistiram em deixar suas casas, no mais completo esquecimento no que se refere a intervenção do poder público local ou federal.

Nesse panorama, uma parte da população deslocou-se para os municípios vizinhos de Rio Claro (RJ), Mangaratiba (RJ), Itaguaí (RJ) e Piraí (RJ). Outra parte, constituída por famílias pobres, que não tinham para onde ir, e famílias que não acreditavam na inundação, ficaram. O núcleo urbano de São João Marcos reunia nessa ocasião o maior número de moradores que optaram em permanecer na Cidade; entretanto, o êxodo intenso fez com que em 1938 o município perdesse essa condição, vindo a tornar-se um distrito da Cidade de Rio Claro. No ano seguinte, o núcleo urbano foi tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), classificado oficialmente como "raro exemplo intacto de conjunto de arquitetura colonial", atendendo aos pedidos da população local. Contudo, a proteção fornecida pelo tombamento teve curta duração, pois em 1940, o presidente Getúlio Vargas "destombou"<sup>3</sup> o distrito a fim de ceder as terras para a ampliação da represa, sendo

---

2 A The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company foi uma Empresa de origem canadense que atuou fortemente na produção e distribuição de energia elétrica no estado e cidade do Rio de Janeiro. A referida Empresa é atualmente a Light Serviços de Eletricidade S.A, companhia que distribui energia elétrica para a cidade do Rio de Janeiro e também de algumas Cidades do interior do mesmo Estado.

3 Categoria nativa.

esse o primeiro caso de revogação de um tombamento no Brasil. O Decreto lei nº 2.269 autorizou a desapropriação de terrenos, prédios e quaisquer benfeitorias para que viessem a ser inundadas.

Pouco antes de ser demolido, o centro de São João Marcos tinha, além da Igreja Matriz, uma antiga capela, pertencente à Irmandade Nossa Senhora do Rosário e dedicada a São Benedito; dois cemitérios, o da Irmandade, e o da Caridade, para os pobres; dois clubes, o "Marquense", de elite, com futebol e danças; e o "Prazer das Morenas", mais popular; um teatro, o "Tibiriçá"; um hospital e uma pensão, além da primeira estrada de rodagem do Brasil, aberta nos tempos áureos do café. Já não circulava mais o jornal local, "O Município", fechado em 1932. Um pouco afastadas, uma jazida de manganês inexplorada e uma fonte de água mineral. As demolições começaram numa quinta-feira Santa. Dezenas de trabalhadores munidos de marretas e explosivos retiravam as últimas famílias e dinamitavam as casas. Os prédios próximos da represa foram demolidos por barcos rebocadores com cabos de aço.

Apesar de ter sido destruída a fim de ser inundada, as águas do lago que se formou se nivelara bem abaixo do nível da cidade. Logo surgiu o rumor de que os técnicos da Empresa haviam errado os cálculos e que a demolição de São João Marcos tinha sido desnecessária, pois a água não cobriu a antiga cidade. A população começou a se revoltar e, diante da complexidade da situação, foi expedida a ordem de inundação total, ou seja, que o nível de água subisse ao limite máximo e encobrisse todo o conjunto arquitetônico, cujos resquícios ficaram parte em escombros, parte em ruínas. Todo esse esforço quase custou a própria represa, pois foi preciso fechar as comportas e fazer o nível subir além dos limites máximos de segurança da barragem. A água apenas encobriu alguns centímetros acima dos resquícios. Desde então, jamais o volume de águas liberado pela represa tornou a alcançar a cidade, nem nos períodos de chuva mais intensa. Durante mais de setenta anos, as ruínas resultantes do processo de demolição do conjunto arquitetônico de São João Marcos estiveram legadas a ação destrutiva do tempo. O acúmulo de camadas de terra, a proliferação do mato e as próprias alterações que o passar do tempo imprimiram na estrutura física e paisagística numa total desconfiguração daquele espaço social anteriormente identificado como moderno, próspero, poderoso e belo.

Caturritas em revoada com seu canto estridente, filhotes de bagre em cardumes de água escura, cães andando a esmo, moscas varejeiras fazendo um permanente zumbido no ar e o gado a pastando, eram os únicos habitantes encontrados na região no final da década de 1980. Nessa paisagem também era possível observar com facilidade vários galpões que serviam de abrigo a caçadores, pois a essa prática era favorecida pela ausência de segurança e controle. Havia ainda

grandes extensões de terra que apresentavam indícios de queimadas, prática de “limpeza” utilizada pelos arrendatários daquelas terras. Esse panorama foi resultado do longo processo de “abandono” a que ficou relegado aos destroços da demolição e inundação de São João Marcos. Em 16 de fevereiro de 1990 a Ponte Bela e as ruínas remanescentes do Conjunto Histórico de São João Marcos foram provisoriamente tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) (OLIVEIRA, 2012).

### **CONFLITOS E TENSÕES**

Depoimentos colhidos durante entrevistas que compuseram o trabalho de campo produzido para a elaboração da tese, concedidas por filhos e netos de moradores que vivenciaram o episódio da demolição e inundação do núcleo urbano de São João Marcos, apontam para o fato de que o contingente de pessoas que se retiraram da Cidade no período em que as casas e prédios do núcleo urbano da Cidade, dirigiram-se especialmente para os distritos de Passa-Três e Getulândia, ambos em Rio Claro. Mas, grande parte daqueles moradores fixou residência na localidade denominada Macundu, antiga fazenda que por ficar próxima a São João Marcos, acabou se tornando de fácil acesso para aqueles que não podiam ir muito longe. A concentração de marcosenses neste local acabou identificando o mesmo como “a nova São João Marcos”. O material de pesquisa recolhido durante o trabalho de campo revela que os entrevistados guardam poucas lembranças do período após o “fim da cidade”<sup>4</sup>; contudo, as falas são marcadas por uma insistência em afirmar a falta de assistência por parte da Empresa em relação ao destino dos que dali se retiraram a contragosto e também a urgência em proceder a demolição das casas e prédios.

Nessas entrevistas foi possível perceber que a saída e o destino desses moradores são interpretadas através da noção de perda, como afirmado: “foi uma humilhação, todo mundo se sentiu vencido... escoraçado”. Ficou claro também que os moradores que vivenciaram a demolição e inundação de sua cidade, não se conformaram com o destino da mesma e repassaram essa memória para seus filhos e netos. É comum as falas sobre a ocorrência em tela reportar a uma “luta” dos moradores; contudo, essas falas também evocam a “dificuldade” e até mesmo a “inutilidade” dessa “luta” perante a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company e ao “poderio econômico que ela representava”.

A “luta” e a resistência em preservar a memória coletiva de São João Marcos incidiu então, sobre a propagação da memória, conforme afirmou um entrevistado “Ela (sua mãe) nos falava muito sobre o local, como era lá, como viviam bem e depois da

---

4 Categoria nativa.

Light tudo mudou...”. A propagação da memória foi a forma encontrada pelos moradores para “lutar” contra a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, que com o passar do tempo continuou a prestar serviços de fornecimento de energia elétrica, mas tendo seu capital e controle acionário reformulado, adotou o nome de Light Serviços de Eletricidade. Entretanto, a mudança na Empresa não alterou as relações conflituosas com os envolvidos no processo, conforme afirmativa de um antigo morador “uma nova esperança, que logo se desfez... a Light nacional não era diferente em nada da canadense, tem os mesmos objetivos e métodos”.

O período em que os marcosenses “lutavam” contra a Light Serviços de Eletricidade S. A. através da reprodução e propagação da memória da demolição e inundação de São João Marcos é marcado também por outra forma de demonstração do descontentamento com a Empresa manifestado através da inadimplência, do furto de fios elétricos, o roubo de energia através dos mecanismos denominados “gatos”. A região de Rio Claro era, nesse quesito, um grande problema para a Light, pois os mais altos índices dessas ocorrências localizavam-se na região.

### ***O PARQUE: COMO PROJETO E MEMÓRIA***

O tombamento provisório das ruínas do conjunto arquitetônico do núcleo urbano de São João Marcos foi percebido pela população como uma vitória relativa a manutenção da memória daquela Cidade. No texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Pierre Nora (1993) distingue dois tipos de memória: uma memória tradicional (imediata) e uma memória transformada por sua passagem em história, pois “À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi”. Para o autor, é através desta memória transformada em história, desta memória oficial, que as políticas de preservação do patrimônio acabam por estabelecer os “lugares de memória”. Segundo Nora (1993), esses lugares de memória existem no sentido material, funcional e simbólico, ou seja, têm materialidade e tangibilidade, sendo entendidos como “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”.

No caso de São João Marcos, o tombamento introduziu uma nova questão as já desgastadas relações entre a Light Serviços de Eletricidade e a população local, pois

essa passou a exigir que as ruínas fossem devolvidas a comunidade. Nesse panorama, em 2008, o Instituto Light para Desenvolvimento Urbano e Social<sup>5</sup> com patrocínio da Secretaria de Cultura do estado do Rio de Janeiro, através da Lei de Incentivo à Cultura, e apoio do INEPAC, da Prefeitura de Rio Claro, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA); iniciou o projeto de construção de um parque onde as ruínas fossem expostas para fins de visitação. A proposta era a de implantação de um museu a céu aberto que viesse gerar um circuito turístico “reforçando os significativos atributos turísticos já ali existentes”. O projeto piloto assentou-se na construção do Parque em uma área de 930 mil metros quadrados, cobrindo toda a extensão da antiga cidade e trechos importantes da outrora Estrada Imperial. De acordo com o Instituto Light, o objetivo do projeto e consequentemente do Parque, reside na contribuição para a conscientização, educação e lazer da população do Vale do Paraíba, através da visitação as ruínas já tombadas em nível estadual.

Processos de tombamentos facultam a criação de espaços de memória que em alguns casos manifestam-se na musealização de lugares e objetos. Da mesma forma que a gentrificação e a revitalização são expressões de processos de intervenção em espaços tombados, propostas de musealização tem sido aplicadas a espaços de referências patrimoniais e indicadores de memória. Essas propostas não estão restritas a acervos e coleções, pois passaram a incorporar espaços abertos devido as mudanças no conceito de história, a introdução de novas práticas à museografia e ao pensamento da museologia, a revisão dos métodos de trabalho na antropologia e a associação com mercado.

A associação com o mercado expõe um aspecto fundamental desta relação: o consumo de lugares de recordação e memórias (Nora, 1993). Lugares onde ocorreram acontecimentos históricos importantes como batalhas, revoluções, demolições, mas também lugares que recordam a vida de artistas ou intelectuais atraem turistas e visitantes pelo seu valor histórico, artístico ou de vivência, constituindo uma prática social. Este tipo de consumo insere-se em segmentos de viagens turísticas que utilizam a cultura e o patrimônio como motivação de deslocamento de pessoas e nesse mercado, cria-se uma imagem do produto cultural que passa a ser comercializado para ver e visitar.

---

<sup>5</sup> O Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social, criado e mantido pela Light Serviços de Eletricidade S.A. é a interface da empresa com os consumidores e com a sociedade na discussão e busca de soluções para os problemas urbanos que interferem na prestação de serviços. Por meio de seus diversos campos de atuação, é um espaço de participação e colaboração, promovendo ainda a cultura e preservando a memória da empresa e do Rio de Janeiro.

Kirshenblatt-Gimblett (1998) defende que atualmente aumentou o número de museus e espaços que procuram a auto sustentação, equilibrando negócio e cultura. A cobrança de ingressos, venda de *souvenirs*, produção de eventos artísticos e científicos, a instalação de equipamentos voltados para a alimentação atraem grande quantidade de público, principalmente turistas. Estes, por sua vez, visitam esses espaços motivados pelas novas formas de exibição, que lhes permitem acesso a informações sobre a realidade do lugar que estão visitando, de uma forma amena, mas com cunho científico, o que não se obtém nem por meio dos guias nem num parque temático.

### **RESPONSABILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO PARQUE**

O projeto elaborado para concretizar-se no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos foi dividido em fases, sendo a primeira marcada pelas ações resultantes das pesquisas relativas à história, a iconografia e ambiente físico; a coleta de depoimentos de pessoas que haviam residido no local e; prospecção arqueológica. Essas pesquisas embasaram a elaboração dos seguintes subprojetos: a) projeto arqueológico cujo objetivo foi tornar visível a estrutura elementar da Cidade no intuito de favorecer as vias de circulação e os perímetros de suas edificações. Visava expor ainda as estruturas da antiga Estrada Imperial nos trechos mais próximos a Cidade; b) projeto ambiental incide especialmente sobre a área de proteção da Represa de Ribeirão das Lajes; c) projeto museológico abrange três espaços distintos: o Centro de Memória, a Área de Guarda e o Circuito de Visitação do Parque. O projeto museológico possui apelo turístico e educativo, pois segundo o Instituto Light, “nestes espaços pretende-se oferecer aos visitantes a oportunidade de trazer para o presente, memórias impregnadas nos fragmentos e ruínas encontrados nas escavações arqueológicas, nos documentos, fotografias, objetos e depoimentos”; d) projeto arquitetônico elaborado para atender três objetivos principais: acolhimento ao público visitante, a exposição sobre a memória da Cidade e a guarda e conservação dos documentos e objetos originais.

A primeira fase compreendia o período entre os anos 2008 e 2010, quando no mês de março ocorreria a inauguração do Parque. Esta fase abrangeu atividades voltadas para alunos de escolas públicas da região, pois conforme previsto no projeto museológico a visitação nesse primeiro momento estava apoiada em um projeto educativo, instrumentalizado com distribuição de cartilhas explicativas e disponibilizados guias especializados para acompanhar os alunos-visitantes.

A segunda fase estende-se entre os anos de 2010 a 2015 prevê a continuidade dos trabalhos iniciados na fase anterior e deve ser marcado pelo momento em que o Parque passaria a “explorar seu potencial ecológico e de lazer, oferecendo trilhas,



passeios de barcos, etc. A partir de 2010, quatro festas populares anuais, identificadas com a região e sua história, reunirão os moradores na Cidade.”<sup>6</sup> O Instituto Light estabeleceu como meta que a partir de 2015, o Parque já terá conquistado sua “auto sustentabilidade”, devido aos esforços empreendidos pela Light, a Eletronuclear, a Secretaria de Estado de Cultura, INEPAC, Prefeitura de Rio Claro, parceiros regionais, investidores e de receitas oriundas do empreendimento. O projeto enfatiza como primordial no conjunto de ações e atividades previstas o “crescimento econômico e social da região, organizado dentro de um Plano de Negócios que visa a auto sustentabilidade do Parque.” (Material de divulgação do Parque)

Como já exposto, depoimentos colhidos revelam um ressentimento para com a Light Serviços de Eletricidade S.A. Dessa forma, população e o poder local colocam a construção do Parque como uma obrigação da Empresa, que deveria “reparar o erro do passado”. Já a Empresa responde: “A Light não tinha a necessidade de reparar nada... as terras haviam sido compradas pela empresa, temos os registros dessa compra”. As acusações expõe a complexidade desse relacionamento, pois a Empresa que presta o serviço de fornecimento de energia elétrica é também percebida como responsável pela “destruição da cidade” de seus pais, avós e de alguns antigos moradores ainda vivos. A face concreta do antagonismo incide na inadimplência, no furto de fios elétricos e na instalação de “gatos”, problemas que na concepção da Empresa, estende-se para o âmbito cultural, pois além do aspecto específico relativo a ocorrência em São João Marcos, o comportamento em questão teria fundamento na cultura brasileira.

Nessa linha de raciocínio, segundo a Light Serviços de Eletricidade S.A., seria papel das empresas contribuírem para uma mudança cultural, através de programas e projetos que viessem a “promover o bem público”. No caso da Light, essa percepção insere-se dentro do programa de responsabilidade social e a particularidade das ações desenvolvidas para esse fim incide sobre projetos que envolvem crianças, pois “uma criança ao ver a complexidade da geração de energia elétrica no museu da energia, por exemplo, certamente vai questionar o pai ao vê-lo fazer um ‘gato’ ou roubar fios”. A “responsabilidade social” praticada pela Light Serviços de Eletricidade S.A. diz respeito a um dos componentes de construção de uma imagem positiva da própria Empresa perante seu consumidor em geral.

Para os idealizadores do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos a relação entre a Light e a população de Rio Claro, município que incorporou o extinto município de São João Marcos como distrito, “toda a conversa sobre o episódio deveria ser iniciada pensando em duas Lights, uma canadense, situada em determinado

---

<sup>6</sup> Material de divulgação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos – LIGHT.

contexto histórico e outra, brasileira, localizada em um contexto atual” (coordenador do Parque). Desta forma, a Light Serviços de Eletricidade S. A. propôs com a implantação do Parque o cumprimento de uma série de ações que envolvem aspectos distintos do que lhe é comum, isto é, o fornecimento de energia elétrica; assim, a Empresa teria condições de ser percebida por aqueles consumidores não somente como uma empresa e sim como uma entidade preocupada com a sociedade, como um todo e que realiza para isso vários projetos com intuito de melhorar esse todo. Portanto, “com a implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, a Light não estaria se ‘redimindo’ de algo, mas sim oferecendo um ‘presente’ a sociedade, presente inserido no programa de responsabilidade social” (coordenador do Parque).

Disputada como uma “reparação” ou “presente”, as ruínas remanescentes da demolição do centro urbano de São João Marcos, representam a materialidade de uma memória mantida por décadas, através da transmissão de seus elementos aos descendentes daqueles que vivenciaram o episódio. Pollak (1992) citando Halbwachs chama atenção para a análise da memória enquanto fenômeno coletivo e social, isto é, um fenômeno construído coletivamente e submetido a vários elementos que a levam a transformações e mudanças constantes. Nesse sentido, a memória não é algo individual somente, mas elaborada através do embate da coletividade, daí os pontos imutáveis e invariáveis dessa lembrança coletiva. Em São João Marcos, foi possível perceber algo que Pollak (1992) denominou como acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, acontecimentos que são vividos pelo grupo, mas que acabam incluindo também aqueles que não vivenciaram de forma efetiva, mas que pelo fato de terem sido acontecimentos relevantes e que produziram um efeito tão retumbante, acabam por incluir aqueles que estavam próximo ou se sentem como pertencentes ao grupo atingido.

Ainda seguindo Pollak, os acontecimentos “vividos por tabela” vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Nestes casos, segundo o autor, por meio da socialização histórica e política, é possível a ocorrência do fenômeno denominado por ele como “projeção”, que vem a ser a identificação com determinado passado e esta é tão forte que de acordo com Pollak torna-se uma memória “quase que herdada”. A análise de Pollak está em consonância com o que pude observar em Rio Claro, pois em entrevistas com jovens funcionários da Secretaria de Turismo, da prefeitura e com a população local, observei que essa “memória herdada” tornou-se a oficial, reafirmada, lembrada e vivenciada.

Georg Simmel destacou, em seus trabalhos, o papel exercido pelo conflito na configuração da relação entre os grupos sociais. Segundo Simmel (1964, *tradução*

*própria*), o conflito tem relevância sociológica exatamente por causar ou modificar interesses grupais. Portanto, a noção de conflito tem de ser percebida em seu caráter dialético, pois se o conflito marca a dissociação entre indivíduos, também opera no campo associativo, gerando esferas de negociação e alianças. Analisada pela noção de “reparação”, a memória coletiva do episódio de demolição e inundação do centro urbano de São João Marcos revela um processo de construção de uma identidade associada a uma perda que está sendo legitimada pela implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Nesse processo, evidencia-se a memória desses agentes, bem como os projetos por eles elaborados em termos de inserção coletiva fundamental para significar a perda sofrida, que no caso em questão vem a ser a própria identidade. Enquanto “presente da empresa para a população local”, a memória coletiva é apropriada pela Light Serviços de Eletricidade S.A. através do paradigma de Responsabilidade Social.

Ainda refletindo sobre o Parque através da noção de “presente”, após análise do material de divulgação do Parque, podemos perceber que o Instituto Light é a interface da empresa com os consumidores no exercício de prevenção de conflitos resultantes do distanciamento entre empresa e população na qual ela está inserida; indo além, o Instituto Light é o construtor e mantenedor da imagem que a Light Serviços de Eletricidade S. A. enquanto empresa deseja repassar para seus clientes. Ao incorporar a Responsabilidade Social aos seus objetivos de lucro, como a redução da inadimplência, a redução com gastos nos reparos de redes elétricas e a redução do roubo de energia através dos mecanismos denominados “gatos”, a Light Serviços de Eletricidade S.A. paralelamente apresenta ao público o que vem fazendo na área social e o que oferece de retorno à comunidade onde está instalada, divulgando essas ações, como no caso de São João Marcos, através da atividade turística, ela, além de agregar sua imagem o valor de uma empresa socialmente responsável promove seu “marketing social”.

## UTILIZAÇÃO DA MEMÓRIA: SELEÇÃO DA MEMÓRIA APRESENTADA NO PARQUE

A saga de São João Marcos expressa o dilema de nossa civilização, resultante da demanda de progresso e busca de riqueza material, por um lado, em detrimento da perda de um patrimônio cultural e ambiental, por outro. Este dilema crescente foi acentuado a partir das revoluções industrial e tecnológica dos séculos XIX e XX, em sua sede insaciável por mais e mais energia. A visão contemporânea é a de que, situações como essa podem ser sempre contornadas. Teria sido o caso de São João Marcos, onde exigências de construção e operação dos reservatórios de Lajes acabaram por deixar o sítio urbano, hoje reduzido a ruínas, permanentemente à mostra. Demolida a Cidade e abandonado o local durante quase 70 anos, largada aos sedimentos que escorrem dos morros vizinhos e à mata que o reocupa a região fizeram com que São João Marcos fosse quase esquecida. A Light tomou a histórica decisão de reverter este processo de esquecimento e recuperar a memória de São João Marcos. Resultado desta decisão é a implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. (Serra<sup>7</sup>, 2011, pp. 11).

O trabalho dos arqueólogos e museólogos transformaram resquícios materiais de um conjunto arquitetônico impactado pela demolição e inundação em um sítio arqueológico. Técnicas de prospecção, documentação, complexos processos de escavação e evidenciação de estruturas e a musealização daquele espaço, mediaram a transformação das ruínas em sítio arqueológico aberto a exibição pública. Arqueólogos e museólogos, fundados em seu poder de classificar, constituíram o corpo especialistas e técnicos que atuou no sentido de legitimar e apresentar o patrimônio ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos como bem cultural passível de ser apresentado. A apresentação de um patrimônio é sempre acompanhada por um discurso e este, faz parte do processo de musealização de espaços, sendo no caso do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos entendido e denominado “Educação patrimonial”.

Cartilhas distribuídas, seminários apresentados, entrevistas concedidas, livros publicados e todo o processo de visitação ao Parque são apresentados intermediados por uma mensagem, cujo conteúdo pode ser assim resumido: São João Marcos era uma próspera Cidade que precisou ser demolida visando a ampliação da Represa de Ribeirão das Lajes. Embora isso tenha sido necessário, a Light Serviços de Eletricidade

---

<sup>7</sup> Trata-se de Mozart Vitor Serra, arquiteto e urbanista. Diretor do Instituto Light para Desenvolvimento Urbano e Social no período entre 2007 e 2010. Serra foi o idealizador e responsável pela implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

preocupada em manter o patrimônio e enaltecer a memória local, tomou a decisão de implantar o Parque objetivando demonstrar que tais fatos não devem ocorrer, pois a história, a cultura e a memória devem ser preservadas. Esse conteúdo está atrelado a um programa educativo que se manifesta, como já afirmado, através de visitas guiadas ministradas a alunos da rede pública de educação do município e regiões vizinhas.

Visitas guiadas inserem-se dentro da esfera do mercado de turismo com a denominação de “turismo pedagógico ou educacional”, segmento cuja característica primordial são as viagens de estudo ao meio. O turismo pedagógico ou educacional tem sido percebido como uma ferramenta de auxílio para a construção da percepção da realidade por parte dos alunos, uma vez que lhes permite entrar em contato com a realidade concreta, contando inclusive com o auxílio de monitores capacitados para exemplificar a teoria na prática. A elaboração de roteiros turísticos arqueológicos específicos, visando a um público interessado, e o apoio oficial das instituições envolvidas, seria uma medida segura de conservação, com um retorno positivo de auto sustentabilidade. Paralelamente, esse tipo de atividade envolve uma decisão política, pois o conteúdo selecionado para ser transmitido será construído a partir de interesses que podem ou não se fruto de processos de negociação entre os atores envolvidos.

A reversão do conflito, minimização da disputa e ressignificação da memória de São João Marcos foi organizada a partir da seleção de aspectos da memória coletiva local e seu conteúdo expresso através da “educação patrimonial”, enfatizando traços que contribuem para a reativação de uma identidade cultural do antigo marcossense apoiada no caráter festivo do povo de São João Marcos e no período do apogeu econômico vivenciado por aquela sociedade. Segue-se a ênfase nesses aspectos culturais locais, o “imperativo do progresso” que “obrigou” a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company S.A. a inundar o centro urbano de São João Marcos e por último, a ideia de que o Parque é um recomeço dotado da “missão” de “educar para que fato semelhante não volte a ocorrer”. Essa é a mensagem comunicada no processo de educação patrimonial do Parque e também o discurso que envolve o “presente da Light para a população daquela região”.

## **SUBJETIVIDADES E AUTOCONSCIÊNCIA**

O papel reservado aos lugares de memória, pontos de referência de um trabalho do enquadramento faz parte de um processo sofisticado de seleção para perpetuação dos ícones, índices, símbolos, rastros culturais ou históricos dos grupos sociais significados. A análise de processos sociais pautados em ressignificação dos sentidos dos objetos, que como no caso de São João Marcos, suas ruínas deram lugar a

um parque arqueológico, revelam ações dos sujeitos sociais, como ativos construtores de memória. Favorecem ainda que esses atores “percebam e experimentem subjetivamente suas posições e identidades como algo tão real e concreto quanto os objetos que os simbolizam” (GONÇALVES, 2007, p.21).

Compreender, nas ressignificações, as tramas das relações sociais envoltas nos processos de construção do passado através dos objetos, implica em observar os interesses do presente, assim como as relações políticas inerentes a quaisquer processos relacionados à construção social de memórias, por si conflituoso, envolvendo visões diferentes sobre o quê e como se deve lembrar. Segundo o antropólogo Reginaldo Gonçalves, “acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural” (GONÇALVES, 2007, p.15).

Gonçalves (2007, p.21) ainda alerta que entender os objetos como “parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função, mais do que a de ‘representar’, é a de organizar e constituir a vida social”. Desta forma, analisei as ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos relacionando-as com a memória produzida no contexto de conflitos e disputas e concluindo conforme o autor anteriormente citado “os objetos atuam na formação de diversas modalidades de autoconsciência”, desempenhando não “apenas a função de sinais diacríticos de demarcar identidade, mas contribuem decisivamente para a constituição e percepção subjetiva” que nos remete a citação do início de minhas considerações finais “a visão contemporânea é a de que, situações como essa podem ser sempre contornadas”, análise que não seria possível sem que houvesse a manutenção de uma memória coletiva.

Halbwachs (1990) considera que a história entra em cena para “salvar” a memória quando ela está em decomposição. Conforme as lembranças fossem deixando de existir – no processo de dissolução dos grupos, dos “quadros”, que as sustentavam – a história incorporaria essas reminiscências no âmbito específico de seu discurso. No caso de São João Marcos, embora a memória não estivesse em risco de se decompor devido a dissolução dos grupos, pois parece-me bastante eficiente o trabalho de transmissão da memória, o conflito e as disputas instaladas “contribuem decisivamente para a constituição e percepção subjetiva” (GONÇALVES, 2007).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Programa de Educação Patrimonial do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, através da adoção de determinado conteúdo a ser transmitido e

divulgado entre os visitantes, especialmente as crianças, dissemina novos arranjos subjetivos, pois a memória está se tornando história. Tendo em vista que o conteúdo em questão é fruto de um episódio real, mas cujas versões estão entrelaçadas a posições ocupadas pelos envolvidos no mesmo, a tensão entre memória e história atua conforme Halbwachs (1990) coloca, isto é, a história é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Lida em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. Desta forma, encontramos uma história no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e percebemos a memória nos conflitos de disputas que o mesmo Parque suscita.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 2.269, de junho de 1940.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: Coleções, Museus, Patrimônios.** Rio de Janeiro: 2007 (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

HALBWACHS, Michael. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. **Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage.** Berkeley: University of California Press. 1998.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Projeto história (10). **Revista do PPG-Hist/Depto. História/PUCSP**, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. **Memória, patrimônio e turismo: a biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos (RJ).** 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p.200-212. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>

SERRA, Mozart Vitor Serra (Org). **São João Marcos: patrimônio e progresso.** Rio de Janeiro: Cidade Viva: Instituto Cultural Cidade Viva. 2011.

SIMMEL, Georg. **Conflict.** New York: The Free Press, 1964.